

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.333.390 - SP (2018/0164714-2)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **SERGIO MARCIO DE ALMEIDA**
ADVOGADO : **ALEXANDRE DE CALAIS E OUTRO(S) - SP128086**
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134**
ANDRÉA GIOVANA PIOTTO - SP183530
DANIEL DE SOUZA - SP150587
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060
LUIZ FELIPE PERRONE DOS REIS - SP253676
GRAZIELA ANGELO MARQUES FREIRE - SP251587
LARISSA CRISTINA FERREIRA MESSIAS - SP289357
JOSE GUILHERME SILVEIRA PASCHOAL - SP280305
VIVIAN NICODEMOS AUGUSTO - SP259511
LUCIANA SCARMATO JORGE - SP182002
KLEBER FARIA SECATTO E OUTRO(S) - SP279711
CLICIA DO NASCIMENTO VECCHINI - SP304688

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por SERGIO MARCIO DE ALMEIDA contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não merece ser conhecido em virtude da ausência de impugnação aos fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, o recurso especial foi inadmitido, no que tange aos arts. 485 do

Superior Tribunal de Justiça

CPC, 265 e 1.647 do CC, diante da ausência de demonstração de sua vulneração e da incidência da Súmula 7/STJ.

Nas razões do agravo em recurso especial, entretanto, verifica-se que a parte agravante não demonstrou a inadequação do fundamento utilizado pelo Tribunal de origem para inadmitir o recurso especial, deixando de impugnar de forma específica a incidência do óbice referido.

Com relação à decisão ora atacada, assevera que (e-STJ fl. 206):

Inobstante ao entendimento exarado pelo MM.Desembargador “a quo” no r. Despacho de inadmissibilidade recursal, temos que, referida decisão deve ser afastada na medida em que o Recurso Especial, interposto pelo ora Agravante, traz matéria relativa a negativa de vigência de lei, não enfrentada em sede de Agravo de Instrumento e Embargos de Declaração, para fins de pré-questionamento, pelo que se requer a sua reforma em sede de Agravo para destrancar Recurso Especial.

Tendo o Agravo na forma do artigo 1042 do NCPC, poder de destrancamento de recurso especial inadmitido, requer a Agravante o conhecimento do Agravo, para então ser apreciado o pedido de Recurso Especial, que aponta negativa de vigência de legislação federal.

A decisão em questão não apresentou o costumeiro acerto, conforme restará demonstrado nos parágrafos ulteriores. Estabelece o artigo 105, inciso III, da Constituição da República, que compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar os Recursos Especiais quando a decisão Agravado, in verbis: “a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.” (Grifou-se).

Assim o fundamento do Recurso Especial, não traz questão probatória a ser realizada e nem de divergência jurisprudencial, mas sim de negativa de vigência de lei federal, devendo sob este aspecto ser conhecido o Recurso Especial, cujo agravo aguarda destrancamento.

No mais, limitou-se a recorrente a tecer considerações sobre o mérito do processado, abstendo-se de impugnar, de forma específica e suficiente, o referido fundamento no caso concreto, qual seja, a incidência da Súmula n. 284/STF, em virtude da não demonstração da alegada violação aos dispositivos apontados e a

Superior Tribunal de Justiça

incidência da Súmula n. 7/STJ, suficientes à manutenção do *decisum*.

Destarte, a falta de ataque específico à decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o art. 932, inciso III, do CPC/2015 (art. 544 do CPC/1973), *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator:

(...) III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. TODOS OS FUNDAMENTOS. SÚMULA 182/STJ. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO EMBARGADO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 168/STJ. NÃO CABIMENTO.

[...]

3. Tanto na vigência do CPC/73 quanto na do CPC/15, é ônus do agravante a impugnação específica de todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, sob pena de não conhecimento do agravo, nos termos da Súmula 182/STJ. Precedente da Corte Especial.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EAREsp 931.889/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 11/06/2019, DJe 14/06/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Superior Tribunal de Justiça

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art.

932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/1973), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência das Súmulas nºs 7 do STJ e 284 do STF).

3. Uma vez constatado o erro material na decisão atacada, é de rigor sua correção, mesmo que de ofício.

4. Agravo interno não conhecido, com correção do erro material, de ofício.

(AgInt no AREsp 1230088/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 12/06/2019)

Inviável, pois, a pretensão da agravante.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* está sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Ante o exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator